

**DISCURSO EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE, SUJEITOS E MERCADO**

Eliana Meneses de Melo (UBC-UERJ)
demelo@uol.com.br

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem em seu objetivo apresentar reflexões relacionadas ao universo da educação. Julgamos importante ressaltarmos que diante da complexidade na qual imerge a educação, nossa primeira ação foi concebê-la enquanto linguagem em movimento: Discurso Educação. Por ser fruto do trabalho coletivo, na linguagem está presente o grupo. É exatamente nas dimensões da coletividade que situamos o Discurso Educação.

Distante de qualquer remota possibilidade de monodiscursividade social, o Discurso Educação tem sua existência marcada pela diversidade de sujeitos semióticos que atuam em diferentes esferas sociais. Compreendemos haver diversidade de traços culturais que sustentam os universos de origens dos vários atores que permeiam o Discurso Educação. Neste sentido, diferentes olhares dão forma a esse discurso que só se sustenta na medida em que notamos a presença de valores atuando como elementos integradores.

O convívio em sociedade remete aos valores convergentes *como pleno exercício da cidadania, desenvolvimento humano, qualidade de vida da população*, expressos no Plano Nacional de Educação. Temos a identidade na diversidade. Por este entendimento, percebemos que existe uma adesão ao que se constitui em valores coletivos. Um contrato estabelecido nas bases do crer que transfere legitimidade aos múltiplos valores e autoriza movimentação e interação.

No contexto em que realizamos o estudo, chamamos de Discurso Educação à soma de todos os universos discursivos gerados e em circulação nas dimensões sociais que estão presentes na educação formal e demais tipificações. Todos os discurso sociais, seja qual for o estatuto, passam de alguma maneira por percursos de formação. Torna-se maior em conformidade com a complexidade da sociedade que o produz e o (re)alimenta.

ENSINO DE LITERATURA

Em nível macro estrutural, os Discursos Político, Jurídico, Econômico e Midiático compõem o leque de nosso interesse investigativo. É *corpus* da pesquisa matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*: “Desigualdade Educacional é ainda maior que a renda”, de Antônio Góis (Cotidiano, 24/12/07) e “Educação e Direitos Humanos”, de Vernor Muñoz (*Opinião*, 3/2/08). Priorizamos a Semiótica para o percurso da análise e interpretação, direcionadas para os sujeitos semióticos em suas ações e estudos contemporâneos ligados ao tema.

O LUGAR DE CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O DISCURSO JORNALÍSTICO

Um estudo voltado á produção discursiva jornalística tem em seu princípio reflexivo a função mais imediata do Jornalismo: informação e comunicação, aliada à necessidade de revestir de verdade os acontecimentos. Há um fato, conta-se o fato, o leitor lê a narrativa produzida pelo jornalista. Todavia, entre o fato e o texto, há um percurso para a construção da notícia. Desta forma, não podemos conceber o discurso jornalístico como *espelho do mundo* que reflete a informação.

Por outro lado, ao levarmos em consideração que não temos discursos neutros, como trabalhar dados e fatos nas esferas da neutralidade? Sabemos o que sustenta uma possível neutralidade discursiva é o efeito se sentido resultante do tratamento dado à linguagem. Assim, o mito da objetividade jornalística reside na aparência de neutralidade e não na neutralidade propriamente dita.

Parece-nos importante, tanto para o jornalista, como para o pesquisador, a capacidade de leitura dos ‘dados reais’. Lemos linguagens em seus signos. Tenhamos em mente que dados também são signos pelos quais se formam os mecanismos da comunicação. No caso do discurso jornalístico, igualmente a estes se atribui traços de sentidos da objetividade e, em decorrência, da construção da neutralidade.

Inseridos no universo midiático, o jornal é um hipertexto que da origem a vários outros textos, elaborados pelas diferentes decifrações realizadas pelo sujeito leitor. Por este enfoque, podemos dizer

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que todo olhar sobre um fato produz um discurso e cada leitura desse discurso gera tantos outros textos. O híbrido discurso jornalístico é composto por diferentes fontes, lidar com elementos extralinguísticos e complexos, até se constituir em produto para leitura.

No que diz respeito à sua eficácia enquanto discurso, esta reside justamente na capacidade de estabelecer diálogo com diversos leitores e com os vários discursos que os alimenta. Assim, torna-se necessário sustentar-se em sujeitos que os apóie na elaboração da credibilidade e que venham a compor a neutralidade de que necessita ver presente na superfície textual. O jornal se abre para o outro, para o sujeito que expresse opinião, que analisa e interpreta a realidade em suas anomalias e particularidades. Sobre este aspecto, diz Volli:

...essa tendência da informação a enfatizar as anomalias e os casos excepcionais contrasta violentamente com a idéia do jornal como espelho do mundo, aliás induz a pensar exatamente o contrário. Mas as coisas não são tão simples. Podemos observar que uma das grandes funções dos meios de comunicação é justamente informar a determinação do grau de anomalias (irritabilidade, imprevisibilidade, excepcionalidade...) ou, ao contrário, de sistematicidade (lógica, previsibilidade, estreita ligação e coerência com outros eventos do mesmo setor) (Volli, 2007, p. 256)

As colocações do autor nos remetem, ainda que em outros termos, à finalidade do Jornalismo: tornar comum o nosso cotidiano. Trazer para as esferas públicas os fatos e as circunstâncias do que emerge em contraste e irregularidade. Sobretudo trazer para o debate social elementos reflexivos para um cotidiano que muitas vezes, por estarmos imersos nos mesmos referentes de linguagem, passamos a situá-los no eixo da normalidade. Talvez seja este o caso da educação. (Melo, 2008).

Em nosso estudo, direcionamos o recorte para o Discurso Educação a partir do Discurso Jornalístico. Formam o hipertexto Antônio Góis, jornalista e o professor e relator da UNO para o direito a educação, Vernor Muñoz. Apesar de apresentarem sujeitos diferentes, no que diz respeito ao Discurso Jornalístico e estratégias, ambos se assemelham: o jornal se apresenta como veículo que empresta sua fala a um outro sujeito. Simultaneamente, é na fala do outro que ele se constrói em legitimidade, neutralidade e objetividade.

ENSINO DE LITERATURA

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Um primeiro ponto de nossa leitura localiza-se em torno dos valores em circulação. Recorrendo aos recursos oferecidos pela semiótica greimasiana, procuramos identificar e analisar os atributos dados a Educação e Direitos Humanos. Direcionamos a investigação para os aspectos temáticos, os sujeitos manifestados e implícitos na enunciação e para os componentes semânticos.

Como primeira referência, lançamos nossa atenção para o processo de enunciação do discurso jornalístico e os sujeitos. Diferenciamos dois sujeitos: Folha de São Paulo (S¹) e Vernor Munõz (S²). Este segundo, um enunciador autônomo em relação ao primeiro, embora haja inter-relações acentuadas pela natureza do veículo e nos aspectos do hipertexto que é o jornal.

Por outro lado, a autonomia do sujeito não implica na anulação da Folha de São Paulo como sujeito. Sua atuação mostra-se presente na medida em que efetua um recorte na emanação discursiva de S² e o apresenta como elemento de sedução para um outro sujeito, o leitor: *É inapropriado propor a realização do direito à educação como um condicionamento da eficiência produtiva mercantil.* Após essa ação, desloca-se do texto, recurso característico da *debreagem*.

Sobre a enunciação, Greimas & Courtés (1989) afirmam que o momento concreto da enunciação, quando se produz o texto, não é reconstruível. Em decorrência, o sujeito da enunciação é uma instância lógica, previamente prevista no enunciado. Encontramos as representações, as marcas deixadas por ele no texto. No fragmento citado no parágrafo anterior, houve uma aparição rápida de um sujeito que retorna sua posição para do grande texto jornalístico, dando voz ao outro, já devidamente anunciado ao leitor.

Em *Educação e Direitos Humanos* encontramos os termos a partir dos quais torna-se possível compreendermos o campo semântico onde se situa o termo educação: *o direito á educação é uma garantia individual e um direito social cuja expressão máxima é a cidadania.* Há uma implicação direta entre os termos *garantia individual, direito social e cidadania.* Valores e identidade coletivos e individuais são atores de um discurso que existe na mediada em que haja sociedade e igualmente em termos inversos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A educação é apresentada como maior valia, personificada em sujeito. Do direcionamento de suas ações, entramos em sintonia com a riqueza em oposição à pobreza. É o sujeito de uma voz coletiva, só se manifesta na medida em que integra, sua riqueza na totalidade dos seres humanos, nas dimensões *espiritual, material*, nas *realizações dos sonhos, no emocional*.

Para o enunciador, o ser humano se reveste em *dignidade* através da educação, nas realidades *individuais, coletiva, nas representações culturais e nos povos*. Como sujeito, a educação está entre os *principais instrumentos internacionais de direitos humanos*, posto que integra dialeticamente *individualidade/comunidade, cidadão/sociedade*. Transforma o indivíduo e em decorrência, à sociedade. Gera respeito, harmonia e equilíbrio: *peçoas, culturas e povos*.

Plural em sua configuração, a educação é um sujeito coletivo. O enunciador nos revela outros olhares para o mesmo sujeito. Expressos em valores opostos, a educação transforma-se em objeto para o sujeito mercado, para quem o efeito da educação é um *serviço* e não um *direito*: instrumento disciplinador do mercado. Adjuvante do discurso econômico na busca por melhores resultados, *instrumento reprodutor dos mecanismos de acumulação*.

A condição de adjuvante do crescimento econômico coloca a educação em um cenário de tensões e confrontos em dimensões planetárias. Por um lado, há os organismos Internacionais para os quais o atributo é financiar a educação. Essa ação só pode ter efeito na medida em que os valores da educação e sua maior valia são reconhecidos. Além disso, *os países pobres não são aliviados de suas dívidas* para que possam investir mais em educação. Em decorrência, países pobres e ricos:

A separação entre propósitos e ações na educação opera no macro das desigualdades e assimetrias estruturais, em que também se promove a falsa idéia de que o desenvolvimento macroeconômico é o objetivo principal da educação, usualmente considerada como um 'gasto' e não como um Direito Humano.

Sem dúvida que o contraditório se evidencia na fala do sujeito. *Custo e formação* são termos identificáveis nos níveis interpretativos sustentados pela análise semântica. Todavia, a separação dos traços distintivos da significação, nos termos definidos por Greimas

ENSINO DE LITERATURA

& Courtés (1989), determinam uma nova leitura na qual o contraditório se mantém: *custo* social (perdas) e *formação* para o mercado. Temos, então, a sociedade, no que diz respeito à educação, apenas numa junção marcada por valores em sintonia no nível da superfície discursiva, já que os traços de sentido não equivalem.

DESIGUALDADE SOCIAL É MAIOR QUE A RENDA

Antonio Grois, ao se instaurar como sujeito no nível da enunciação, trás para o cenário uma afirmação sobre a educação brasileira: *O abismo que separa pobres e ricos no país em termos de aprendizagem é maior que o verificado na desigualdade da renda*. Semelhante ao texto anterior, o sujeito do discurso jornalístico busca conexão com o leitor pela fala do outro sujeito: José Francisco Soares.

Esse mecanismo inicial caracteriza-se como um enunciado que nos revela o espaço social e ao mesmo tempo o reflete, reitera o impacto da própria manchete: Desigualdade educacional é maior que a renda. Realizado o recurso manipulatório, resta-lhe agir em conformidade com o estatuto discursivo do discurso jornalístico, qual seja: mostra-se neutro, informador dos fatos.

Com certeza, é na fala do outro que o texto se desenvolve. Entre citações diretas e indiretas, circulam signos construindo a emanção discursiva. Agente de ligação entre o pesquisador, resultado da pesquisa e o enunciatário, o discurso jornalístico cumpre seu papel de veículo de comunicação, fato que nos permite adjetivá-lo como sujeito competente.

Em termos da circulação dos objetos e a comunicação entre os sujeitos enunciadores do texto, compreendemos que ambos se encontram em uma relação de junção frente ao *objeto valor* levar ao leitor cidadão informações e fazê-lo refletir sobre a educação no Brasil. Estamos apresentando uma leitura que se respalda na narrativa. Esta, por sua vez, compreendida pela passagem do objeto de um eixo para outro. (Greimas, 1979).

No caso em análise, de um sujeito para o outro os percursos narrativos se intercalam. O sujeito do discurso jornalístico narra as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

reflexões do sujeito pesquisador, produzindo um efeito de verdade e sustentando a sua credibilidade.

Para que seja compreendido o objeto de nossa análise, abrimos um pequeno espaço para apresentação de uma síntese do trabalho do pesquisador da UFMG. Ele realizou uma avaliação sobre a educação brasileira servindo-se de parâmetros semelhantes aos do índice Gini, que é uma fórmula usada pelos economistas para avaliar o grau de desigualdade de renda de um país.

O estudo revela em seus resultados que a desigualdade econômica é maior que a desigualdade econômica: Afirma o pesquisador:

Não podemos querer que todos aprendam o mesmo em todas as áreas. (...) Quando eu olho uma boa escola, é preciso que ela tenha um grupo de excelência, mas que seja também capaz de garantir níveis básicos de aprendizado para todos.

Parece-nos nítido que o enunciador nos apresenta a educação através de uma relação metonímica (escola). Ao mesmo tempo está presente em sua fala uma relação lógica segundo a qual boa educação implica em boa escala e vice-versa. A boa escola é a competente na medida em que consegue realizar um programa narrativo no qual todos os estudantes aprendam. Vale lembrar que a competência do sujeito semiótico se define pelo *o que faz ser*, é da ordem do *ser* e não do *fazer* (Greimas: 1979).

Neste sentido, o enunciador pesquisador, a partir de ponto de visto dele, coloca-nos de frente a um ponto intrigante sobre a educação no Brasil. Se uma escola, entendida como sujeito semiótico, para ser competente deva obter esta avaliação pelo *o que faz ser*, nossas escolas estão em total distanciamento da competência em termos positivos. Ao sujeito escola é atribuído um *dever fazer*, todavia esse sujeito está modalizado pelo não *saber fazer*.

Os índices divulgados pelos sujeitos oficiais do Discurso Educação são marcas reveladoras da não competência do sujeito educação, da escola. Reside neste ponto o temor do pesquisador:

...o preocupante no caso brasileiro é que possa acontecer com a educação o mesmo que ocorreu com a economia (década 70) ou seja: as médias crescem sem que a desigualdade diminua.

ENSINO DE LITERATURA

O sujeito pesquisador chama nossa atenção para os sujeitos oficiais que transitam pelo Discurso Educação. Tenhamos em mente que índices negativos na Educação ressoam sobre os sujeitos do Poder, além da sociedade como um todo. Não nos esqueçamos ainda das classificações internacionais feitas dos países que levam em consideração em suas avaliações os resultados de aprendizagem e nível de escolarização do povo. Justifica-se o medo do enunciador: criar resultados positivos *no modo do parecer ser*, de que se crie um *efeito se sentido* em torno da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA SOMATÓRIA DOS PERCURSOS

No caminho das considerações finais, voltamos nossa atenção à temática trazida à baila pela produção jornalística: o recorrente tema educação: cidadania, direitos humanos. Pelas suas próprias dimensões, o Discurso Educação é fonte constante de questionamento, investigação, propostas e metas. Com dissemos no início deste trabalho, são vários os sujeitos que atuam na sua produção. O que percebemos é que os valores desejáveis e metas para a educação são semelhantes para todos os discursos que passam pela educação, mas os semas não convergem.

Trazemos para este contexto o Fórum Mundial de Educação – Dakar 2000 – e os objetivos lá estabelecidos para educação. Nele governos, organizações, agências, grupos e diversas associações firmaram compromisso em se mobilizarem, em políticas nacionais e internacionais em favor da Educação para Todos (EPT), *principalmente no nível básico, promover a equiparação entre os gêneros, promover políticas dentro do marco setorial integrado e sustentável, articulado com a eliminação da pobreza.*

A referência a Dakar torna-se relevante em nossa leitura na medida em que a tematização dos discursos termina por nos conduzir as questões educacionais do Brasil e do Planeta Terra. Em termos discursivos, parece a nós correta a interpretação sobre os agentes motivadores dos textos analisados. Ambos se nutrem nas avaliações e metas para a educação, estabelecidas no Fórum Mundial de Educação.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como se observa, estamos diante de um discurso fonte geradora de vários outros discursos, dando origem a uma rede discursiva em torno de diversas ações, interpretações e valores sobre o Discurso Educação. Nos textos analisados, são semelhantes os objetos valores e as intencionalidades, ainda que os percursos sejam diferentes. Mediante estudo das estruturas discursivas e narrativas, destacam os valores *garantias individuais, direito sociais, pessoa/cidadania*.

Ao analisarmos o conjunto de valores do Discurso Educação evidenciou-se que implícito à *cidadania, desenvolvimento humano e qualidade de vida*, estão as práticas emanadas pelo *sujeito mercado*. Observamos uma relação de dependência entre o que se configura objeto, valor, sociedade e intencionalidades do Discurso Econômico e o sujeito mercado, na medida em que os cenários econômicos se situam no palco da Sociedade do Conhecimento, para a qual o saber e conhecimento tornam-se ações estratégicas: programa narrativo fundamental para que se realize a junção com objeto-valor.

Por fim, é no espaço da economia globalizada e fluida que o *sujeito-cidadão*, para atende as demandas sociais, é possuidor de competências específicas: identificar e resolver problemas, analisar símbolos, criar e trabalhar a informação. É justamente da capacidade do *sujeito-cidadão* em corresponder às exigências sociais contemporâneas que se dá à vitória do *sujeito mercado*. *Caos e Complexidade* é o contexto do Discurso Educação onde os resultados de todas as ações estão inter-relacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREIMAS, A. J. As aquisições e os projectos. **In:** *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

GOIS, A. Desigualdade educacional é ainda maior que a de renda. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, 24/12/2007.

MELO, E. M. Discurso midiático, valores em circulação e identidade. **In:** GARCIA, W; PRADOS, R. M. N. *Linguagens, tecnologias, culturas*. São Paulo: Factash, 2008.

ENSINO DE LITERATURA

MUÑOZ, V. Educação e Direitos Humanos. Opinião. *Folha de S. Paulo*, 3/2/2008.

UNESCO. *Educação para todos. O compromisso de DAKAR*. Brasília: UNESCO/CONSED: Ação, 2001.

VOLLI, U. *Manual de Semiótica*. Trad. Sílvia Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2007.